

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Felhad S. Paulo

Class.: 216

Data 10/07/81

Pg.:

“Queremos nos manifestar”, reivindica líder indígena

IGOR VELTMAN E
THEREZA MARTINS,
enviados especiais

Itamarati boicota cultura negra, denuncia professor

“Fazemos parte do Brasil e como brasileiros queremos nos manifestar. Não gostaríamos de olhar um passado negro que nos reduziu para 200 mil indivíduos, embora jamais se apague de nossos corações, mas preferimos ansear um futuro não muito distante para a solução de nossos problemas”, disse ontem o índio Marcos Terena, presidente da União das Nações Indígenas (Unind).

Para a platéia que o ouviu falar, Marcos Terena relembrou a história dos índios brasileiros, “aproximadamente em número de cinco milhões, que durante mais de quatro séculos foram violentamente assediados por elementos da chamada civilização branca”.

O presidente da Unind destacou a criação do antigo Serviço de Proteção aos Índios, por inspiração do marechal Rondon, com a colaboração de “homens idôneos em patriotismo, coragem, dedicação e de tato especial, indispensável no trato e convívio com os aborígenes por sua índole e hábitos diferentes”.

Mas esse trabalho não deu resultado, por diferentes motivos. Sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcos Terena comentou: “Temos acompanhado o desenvolvimento promovido pelo órgão governamental de defesa do índio, com seus psicólogos, antropólogos, advogados, sociólogos, técnicos, e até mesmo missionários informantes”. O representante indígena lamentou, porém, que eles, os mais interessados na discussão do problema, não tenham voz nas discussões dos temas que os afetam diretamente.

“Penso — disse Marcos Terena — que o índio esteja caminhando para a inevitável integração junto à civilização do homem branco, penso que as pessoas ligadas à causa indígena deveriam proporcionar, na prática, dentro de suas possibilidades, caminhos adequados ao índio para uma integração justa, harmoniosa e gradual com os demais brasileiros”.

Essa integração, porém, não deve descaracterizar a cultura indígena, acrescentou Terena ressaltou que o objetivo dos índios brasileiros não é formar uma nação autônoma dentro do Brasil, mas ser ouvidos, “pois sabemos que tanto negros, brancos ou índios são gente, e como tal nascem e morrem em igualdade de condições”.

DEMISSÕES

A Funai está ameaçando demitir cerca de 300 funcionários indígenas que trabalham para o órgão em diversas regiões do País. A denúncia foi feita também ontem por Marcos Terena.

Segundo ele, o fato surgiu há uma semana e a posição da Funai é demitir os índios que não quiserem se emancipar, alegando irregularidades nas relações de trabalho. “Para nós, essa posição é inaceitável, pois somente ao índio compete decidir sobre sua emancipação” — afirmou Marcos Terena.

O Itamarati negou-se a encaminhar à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Unesco um pedido de apoio financeiro — que já estava prometido pelos dois organismos internacionais — para a realização do 3.º Congresso de Cultura Negra das Américas, a ser realizado em agosto de 1982, em São Paulo, com a presença de mais de 200 acadêmicos e especialistas afro-americanos.

A OEA e a Unesco, de acordo com o professor Abdias do Nascimento, coordenador do Congresso e que formulou ontem a denúncia, durante a 33.ª Reunião Anual da SBPC, programam seus orçamentos com quase dois anos de antecedência e a proteção inicial do Itamarati em definir sua posição a respeito, seguida da negativa formulada pelo ministro Guy Brandão, diretor do Departamento Cultural da Chancelaria, praticamente impossibilitam a realização do evento.

“Mais uma vez — disse Abdias do Nascimento, secretário-executivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — denuncio os critérios tendenciosos e racistas com que o governo brasileiro dirige a política educacional e cultural em relação aos eventos científico-culturais internacionais, e em particular à atuação do negro brasileiro nos mesmos.”

Abdias do Nascimento lembrou que o 1.º Congresso de Cultura Negra das Américas realizou-se em 1977, em Cali, na Colômbia, com a participação de acadêmicos e de representantes da OEA e Unesco. De acordo com o coordenador nomeado para o 3.º Congresso, desde então o Itamarati vem negando-se a colaborar com a participação de especialistas brasileiros em cultura negra:

“Na época, havia o depósito compulsório de mil dólares e a delegação chefiada pelo historiador Clóvis Moura requereu a devida isenção para viajar a Cali, em função da qualificação cultural e científica do evento. As vésperas do Congresso, a isenção foi negada”, afirmou.

O 2.º Congresso foi realizado em março de 1980, no Panamá, já então com o apoio da OEA e da Unesco estabelecido como norma. “Nem o governo da Colômbia, nem o do Panamá tiveram hesitação em encaminhar os pedidos de apoio financeiro a esses órgãos internacionais”, acrescentou.

A escolha do Brasil como sede do 3.º Congresso, disse Abdias do Nascimento, que participa da 33.ª Reunião Anual da SBPC dentro do sub-programa “O

negro e a realidade brasileira”, foi feita por unanimidade, tendo sido o coordenador do Congresso escolhido vice-presidente para a América do Sul. A reitoria da PUC-SP, prontificou-se a ceder suas instalações para a realização do Congresso.

“Considerando-se os frequentes protestos oficiais do Brasil, enfatizando seu anti-racismo, pluriculturalismo e amizade com os povos e culturas africanas do seu território e do exterior, era de se esperar que o governo se entusiasmasse e se orgulhasse com o voto de confiança nos seus ideais de “democracia racial”, contido na escolha unânime do Brasil como sede do 3.º Congresso”, lamentou Abdias do Nascimento.

De acordo com prof. Abdias do Nascimento, autor de vários livros, entre os quais “O genocídio do negro no Brasil”, publicado simultaneamente na Nigéria, “apesar da absoluta maioria da população, ou até 70% dela, ser composta de negros ou mulatos, a ideologia branquificadora imposta pelas elites eurocentristas consegue destituir a memória do povo negro, na forma do mais cruel genocídio praticado na atualidade. O negro é perseguido fisicamente em todas as escalas da estrutura social e é marginalizado inclusive em relação a sua religião”.

O professor afirma que é frequente a invasão dos templos e terreiros religiosos afro-brasileiros pela polícia, que confisca os objetos sacros utilizados nos rituais, prende fiéis e os babalaôs, razão pela qual é comum que sejam incluídos santos católicos nos altares, para dar uma aura de “respeitabilidade” à liturgia:

“Esse é um massacre cultural. Evidentemente, o povo acaba internalizando os santos incluídos nas orações como uma espécie de habeas corpus contra a violência e a repressão legal que se abate frequentemente sobre sua cabeça. Isso parte sempre da polícia, mas a sociedade em geral compartilha dessa discriminação e participa ativamente de sua consecução. Nas escolas, também, as crianças negras sentem que seu ambiente é ridicularizado, desde o “boi da cara preta”, que ensina o caráter ameaçador do negro. Trata-se de uma lavagem constante. A escola fala da religião dos africanos como feitiçaria, mas esquece que ela é anterior à religião cristã, sendo contemporânea do Egito antigo, ou seja, data de mais de dois mil anos antes de Cristo”, concluiu.